



JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES: A HISTÓRIA DA IMPRENSA COMO PROJETO DE VIDA

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ALVES: THE HISTORY OF THE PRESS AS A LIFE
PROJECT

JOÃO LUÍS LISBOA¹

Resumo

Falar da história da imprensa oitocentista obriga a interrogar quem a produziu, quem explorou sistematicamente títulos e protagonistas, temas e gêneros. Falar de José Augusto dos Santos Alves (1940-2021), que sobre a imprensa oitocentista escreveu milhares de páginas, que ao tema dedicou cerca de quatro décadas de vida, de forma continuada, persistente e crítica, serve dois propósitos. Mostra o percurso de um investigador, rendendo-lhe homenagem. Renova o foco sobre a investigação desenvolvida, mostrando a sua relevância para quem estuda o tema hoje. Há, pois, uma dimensão mais pessoal desta comunicação que se articula com o interesse científico da obra que se deve reler.

Palavras-chave: Imprensa; liberalismo; opinião pública; cidadania.

Abstract

Talking about the history of the nineteenth-century press makes you question who produced it, who systematically explored titles and protagonists, themes and genres. Talking about José Augusto dos Santos Alves (1940-2021), who wrote thousands of pages on the nineteenth-century press, who dedicated around four decades of his life to the subject, in a continuous, persistent and critical way, serves two purposes. It shows the journey of a researcher, paying tribute to him. It renews the focus on the research carried out, showing its relevance for those studying the subject today. There is, therefore, a more personal dimension to these pages that goes hand in hand with the scientific interest of the work that should be re-read.

Keywords: Press; liberalism; citizenship; public opinion.

¹ Professor catedrático no Departamento de História da NOVA FCSH. Trabalhou em vários projetos (nacionais e internacionais) sobre livros e leitura, seus aspectos materiais e formais, redes de informação europeias, seus agentes, especialmente na Europa moderna precoce. Atualmente, é pesquisador e Chefe do Conselho do CHAM, Centro de Humanidades (Nova FCSH e Universidade dos Açores). E-mail: jll@fcs.unl.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2990-3612>.

No princípio havia um horizonte: entender a formação da opinião pública e estudar um veículo, o jornal *O Português*, que João Bernardo da Rocha Loureiro publicou entre 1814 e 1826. Era essa a tarefa do mestrando José Augusto dos Santos Alves. Estava-se em 1982 e, no Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, organizava-se uma equipe para estudar sistematicamente a imprensa do início do liberalismo. O projeto idealizado por José Sebastião da Silva Dias estabelecia uma divisão de trabalho: ao mesmo tempo que outro mestrando ocupar-se-ia do *Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819) e outro do *Correio Braziliense* (1808-1822), outro ainda estudaria o conjunto das leituras do mesmo período, a partir dos anúncios da *Gazeta*. Os objetos estavam definidos, bem como a perspectiva, que era a da História das Ideias, não como especialidade, mas como forma de abordagem. Era todo um programa de trabalho a que o Mestrado em História Cultural e Política fornecia mãos e cabeças.

No que diz respeito aos periódicos e, neste caso, à perspectiva de partida de José Alves, havia que andar além da reconstrução biográfica que Georges Boisvert já havia realizado poucos anos antes (1974), com a publicação de uma série de textos cruciais da intervenção política em periódico: os “Memoriais a Dom João VI” (1973). Sentia-se agora a necessidade de entrar numa discussão também teórica sobre o que se entendia por opinião pública, por espaço público, por formas de cidadania, e que tinha em Jürgen Habermas uma das suas referências. Usavam-se conceitos, além do referido espaço público, de racionalidade pública, de espaço burguês de comunicação, de autonomia política pela palavra, autonomia que permitia retirar a política do exclusivo das instituições da monarquia e da igreja.

Estas pistas teóricas eram, para Silva Dias, compatíveis com as da história das ideias, sobretudo tendo em conta a flexibilidade das propostas que vinham desde Lovejoy, meio século antes. Nesse quadro, José Alves assumia uma área de trabalho que era, mais especificamente, a da História das Ideias Políticas, numa equipe na qual as figuras de referência eram, além de Silva Dias, José Esteves Pereira e Zília Osório de Castro. Em José Alves, na verdade, referências então obrigatórias da história das ideias políticas, como Arthur Lovejoy e Quentin Skinner, estarão quase ausentes, face, por exemplo, a António Hespanha, a Michel Foucault ou ao já referido Habermas e, mais tarde, a Hans Robert Jauss, entre outros.

Compreende-se bem que, nesta convergência, não se tratava de trabalhar doutrinas políticas, embora a noção de ideologia liberal estivesse presente como problema. Por um lado, o seu primeiro trabalho abria a porta a discussões de ideias específicas da época, restringindo aparentemente o objeto de estudo ao que os críticos da história das ideias chamariam

pejorativamente “ideias platônicas”. Lembremos a importância das ideias de liberdade e de virtude, naquele contexto, que, como José Alves mostra, se assumem como paradigmas da ação e da comunicação política. “Virtude” é a ideia que dá substância a uma visão de mundo e a “Liberdade”, em todas as suas acepções, está na ação política que deve ser naturalmente livre. Estamos perante a construção prática da ideologia que, fazendo convergir Silva Dias e Habermas, se compreende da diferença entre procurar o que chamam ideosofemas e não filosofemas (1992, pp.88-89).

O processo consistia em problematizar porque Silva Dias decidira interrogar uma construção básica para a própria concretização da liberdade política: a comunicação escrita e, em particular, a que tomou a forma da imprensa periódica. Aquelas fontes deixavam de ser vistas apenas como reservatório de informações úteis sobre acontecimentos e posições, o lugar onde ir procurar as formulações sobre, por exemplo, liberdade e virtude. Passavam a ser elas próprias, enquanto forma específica, produto criado, transportado, objeto de estudo.

Liberdade e virtude encontravam-se na própria ação feita de papel e de pessoas, nas suas circunstâncias, nomeadamente as do exílio que os autores destes periódicos viveram e que é um ângulo de análise privilegiado no seu trabalho, mas também no de João Pedro Ferreira sobre Hipólito da Costa, embora este tenha escolhido destacar a palavra “emigração” em vez de “exílio”. Peças de um projeto articulado.

Assim, liberdade e virtude não são conceitos vagos ou metafísicos porque faziam parte de um debate em que se discutia o poder criando poder. Naqueles trabalhos estudava-se a materialização das opiniões, dos argumentos, os gestos que tornavam efetiva a cidadania, a qual não poderia existir sem modos de se expressar, sem possibilidade de trocar razões, de comunicar, de esclarecer e de mobilizar. A imprensa periódica, que nascera como suporte de informação das Cortes e objeto de civilidade cortesã, reinventara-se como instrumento de cidadania. Mas, a política, que se tornara tema de leitura, fomentava as edições, particularmente na forma de jornais e panfletos. O interesse pela política promovia a leitura, criando cidadãos. Ter opinião deixava de ser um luxo, para ser uma necessidade decorrente do conceito de nação soberana.

Esses problemas haviam de acompanhar José Alves nos anos seguintes, tanto em sua pesquisa para o doutorado, quanto nas aulas que começara a dar, mas, especialmente, no livro lançado em 2005 (*O Poder da Comunicação*) em que se ocuparia de forma mais abrangente da história dos meios de comunicação. Nas aulas da Universidade Autónoma, onde lecionava História dos Media e História da Cultura Portuguesa, e no curso de mestrado em Ciências da

Comunicação, no qual dirigia o seminário Espaço Público e Modernidade, teve sempre a preocupação de alargar o foco, questionar os fenômenos da comunicação em outros períodos, trazendo as discussões para a atualidade, cruzando preocupações históricas e sociológicas. O mesmo se verificaria no formato escolhido para o grande congresso internacional que organizou na Fundação Calouste Gulbenkian em 2000: "De Gutenberg ao Terceiro Milênio".

Em *O Poder da comunicação* (2005), voltava ao assunto, analisando a evolução da informação e do jornalismo, sem se afastar de suas preocupações originais. Sistematizava e alargava o olhar. Discutia os sistemas de comunicação, suas bases, seus instrumentos e seus protagonistas, em relação com o corpo vivo das comunidades que alimentavam aqueles sistemas. Apresentava um quadro vasto, abordando a relação entre o ler e o ouvir e a história da informação na Europa do Antigo Regime, desde o início da imprensa com caracteres móveis, passando pela formação de um mercado das notícias até chegar aos dias do audiovisual.

Da análise do conjunto de sua atuação ressalta seu esforço didático e comunicacional, mas também resta evidente que sua zona de especialidade foi o estudo dos momentos fundadores desse processo, quando convergiram opinião e imprensa periódica e quando, finalmente, se pode falar com propriedade em jornalismo. Continuaria sempre dedicado àquele momento entre o XVIII e XIX, quando surgiu, com os jornais e o teatro, algo a que se podia chamar de espaço público e de opinião pública.

O ponto de partida era a imprensa do tempo de João Bernardo da Rocha Loureiro, tema de seu primeiro livro que ganhara uma segunda edição justamente naquele mesmo ano de 2005. No entanto, decidira aprofundar a questão da opinião pública que desenvolvera nos trabalhos que o ocuparam nos anos 1980 e 1990, ampliando o objeto de seus estudos para além dos órgãos de imprensa. Tinha de procurar testemunhos complementares, elementos que esclarecessem os modos como se entendia a circulação das notícias e das opiniões. Não procurava apenas o que era dado a ler, mas os modos de ler, o valor que se atribuía aos textos em circulação. Daí ter sido necessário recorrer à documentação policial, aos processos relativos à censura.

Nessa documentação, além das ideias expressas, identificou os medos, as intenções dos protagonistas, a vontade de ultrapassar limites, além das contradições dos poderes, das pressões corporativas que levavam à censura e à repressão. Recuou ao final do século XVIII para estudar os circuitos econômicos percorridos tanto pelos impressos como pelos manuscritos. Queria entender o ambiente anterior ao frenesi da discussão política do tempo de João Bernardo e dos jornais que nasceram durante as invasões francesas e em seus desdobramentos.

José Alves conseguiu captar o ambiente em que esses periódicos surgiram e se estabeleceram. Demonstrou que eles não foram o produto de propostas teóricas, mas sim de uma comunidade curiosa, aberta aos novos temas e debates, pronta para ler e partilhar conhecimentos e pensamentos. Ainda no tempo em que apenas a *Gazeta de Lisboa* tinha autorização para ser impressa, a insatisfação do público leitor com a falta de fontes de informação confiáveis estimulava a circulação clandestina de críticas, relatos, notícias e poemas; produção que fazia a fortuna de poetas, críticos, noveleiros e panfletários. Havia “papéis ímpios e sediciosos” que as autoridades não conseguiam controlar. As palavras fluíam, ocupavam os espaços possíveis, multiplicavam-se. Faltava ainda criar o jornalismo, mas as condições objetivas, mesmo antes da difusão do liberalismo, estavam criadas.

Na fase posterior às invasões francesas, mas anterior ao vintismo, os momentos finais do absolutismo, criaram-se, portanto, as condições para a circulação das opiniões liberais que explodiriam em uma infinidade de impressos a partir de 1820. Nos jornais, os textos têm formas, dimensões, estruturas argumentativas e funções diversas, não funcionam do mesmo modo. Em cada periódico o que se convencionou chamar de editorial é instrumento de debate onde alguns argumentos são aprofundados. Em sua lição de agregação, José Alves se concentraria nos editoriais que João Bernardo da Rocha Loureiro publicava em *O Português*, sob o título de “Cartas a Orestes”, reunindo-as posteriormente em um volume.

É manifesta a grande diferença entre os longos textos dos “Memoriais a D. João VI”, trabalhados e editados por Boisvert nos anos 1970 e a matéria mais breve das “Cartas a Orestes”, que José Alves trabalha e edita trinta anos mais tarde. Repare-se que o quarto memorial ocupa cerca de cem páginas, distribuídas em quatro números em 1819. Temos nestes textos a difícil distinção entre livro, libelo político e periódico, sendo a escolha da forma e da identidade do suporte consideradas secundárias, mero instrumento no qual o texto parece reinar indiferente ao contexto.

Mas o suporte em que vem publicado o texto jornalístico não é indiferente aos leitores. As estratégias editoriais adotadas, como a periodicidade e o modo pelo qual se concebem e identificam as seções que se dão a ler, por exemplo, criam expectativas e asseguram a circulação e a continuidade da publicação. Tal como mais tarde vai acontecer com a literatura em folhetim, a opinião política chama os leitores para os jornais e os jornais chamam os leitores para a opinião política.

As “Cartas de Orestes” não são longos libelos como os *Memoriais*, mas artigos de opinião publicados de forma sequencial. Elas correspondem ao editorial do periódico publicado por

Rocha Loureiro e assumem uma dupla representação. Assim, funcionam como voz do periódico, mas que é também a voz do público: o “lugar onde se conciliam o livre exercício da Razão crítica e a necessária procura de novos meios para conseguir um consenso (...)” (2004, p.41). Ou seja, a Razão e as opiniões materializam-se em papel. Aqui estamos tratando sempre das formas, não apenas dos argumentos, mas da verve que segue pelo correio, que se difunde em livrarias, por vezes de forma discreta, mas respondendo às expectativas criadas. São razões dosadas que os leitores esperam contando com sua regularidade. Sabe-se quem escreve, reconhece-se o título e o estilo. A palavra vende.

As formas novas seguem modelos europeus. Inventa-se, certamente, mas como processo global e não como ideias atomizadas, inseridas em cadeias de influências. No caso daquilo a que aqui se chama a gênese do editorial, João Bernardo inspirara-se, sobretudo, nas cartas a Junius que o *Public Advertiser* publicara desde a segunda metade do século XVIII e que terá lido, provavelmente, numa compilação publicada em Londres, em 1805. O jornalista escolhe o seu campo e os seus instrumentos para intervir politicamente. Estamos, pois, na perspectiva de José Alves, claramente no campo da História das Ideias Políticas.

As duas razões mais comuns para a associação entre história da imprensa, história política e história das ideias políticas são o protagonismo político daqueles que fazem os jornais e a materialização em papel do debate político. Os textos são parte da ação: Mobilizam, integram-se e difundem ideários; Dão-lhes forma. Mas o editorial, como o conjunto da informação, não se confunde com a doutrinação em livro, ou a discussão na rua. Alimenta-a, sem dúvida. Organiza o debate. Cria instrumentos e mobiliza razões com consequências em vários tempos. No imediato, face aos tempos da produção e circulação dos jornais, o seu impacto é maior, pois deixa um lastro de ideias e de batalhas cujos argumentos permanecem, ressoando. Ou seja, os jornais cumprem também a função dos livros, ou mais do que os livros, na medida em que o seu alcance entre os leitores é maior. Os editoriais, como estas “Cartas a Orestes”, têm uma dimensão contida e um maior foco e, por isso, são adequados à ação. Chegam ao leitor como chave para a compreensão do jornal e dos seus artigos. Golpeiam. Separam águas.

O que José Alves escreve sobre o editorial em 2004, inserindo-o numa área de História das Ideias, assume-se, assim, não apenas por obrigação de quem tem de fazer provas acadêmicas, explicando a área na qual se revê, mas como clarificação de um posicionamento e dos conceitos pertinentes. Ou seja, esse trabalho reafirma um entendimento de História das Ideias como abordagem totalizante, em que comunicação, sociedade, cultura e protagonismo político não são campos estanques. O trabalho sobre o editorial completar-se-á em 2009 com a

publicação completa destes textos, tal como mais de 30 anos antes Boisvert fizera com os *Memoriais*. Ficamos com a sequência autônoma, mas contextualizada por meio de notas e da introdução, de textos de grande impacto no seu tempo. De novo a história das ideias, graças a um trabalho de edição que esclarece as circunstâncias e identifica os protagonistas mencionados nas cartas.

Já em 2017, no seu livro sobre a imprensa de língua portuguesa no Oriente, a clarificação do ponto de vista adotado continua presente. Escreve então sobre aquilo a que chama a encruzilhada entre História e Teoria das Ideias e a História da comunicação e da informação, na “relação entre ideias, imprensa e poder” (2017a, p.13). O intervalo era ainda o da primeira metade do século XIX, centrando a atenção em oito periódicos e introduzindo uma nova dimensão que é a de um espaço mais vasto, não apenas associado às pretensões imperiais da monarquia portuguesa, mas também dependente de redes comerciais pluricontinentais. O eixo europeu e atlântico era assim ultrapassado, ainda que numa perspectiva de continuidade, na compreensão da imprensa e das notícias na sua plasticidade política, a continuidade das convicções e as circunstâncias da opinião.

O periódico mostra que o pensamento se adapta. Reage. Percebe prioridades, adversários, aliados. Aponta rumos. A própria subsistência do periódico pode indicar esses aliados que o sustentam financeira ou politicamente. O primeiro exemplo é o das cumplicidades e antagonismos dos três títulos que tinham sede em Londres antes da revolução de 1820 e que já mencionamos, o *Correio Brasiliense*, o *Português* e o *Investigador*. Estão associados a pessoas diferentes, a interesses diferentes, dos dois lados do Atlântico e isso percebe-se nos temas e opiniões desenvolvidos, a começar pelo da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

O periódico não é um manual ou um tratado, mas um terreno de confronto. É uma ferramenta de ação com consequências. A opinião política tem impacto, é temida, respeitada, desprezada, incomoda e entusiasma, gera inimizades e notoriedade. Prepara terreno para outras formas de intervenção. Interrompe-se. Recomeça. Como escreveu em 2013, no seu livro *Glória, memória e mito, o periodismo vintista (1820-1823)*, “Um bom periódico deve ter sempre presente que tudo, absolutamente tudo, comunica. Até o silêncio comunica” (2013a, p.23).

Muitos destes títulos dependiam sobretudo de uma pessoa, mas o periódico não se pode confundir com as biografias dos seus redatores. É apenas uma das expressões dessas biografias, se os vemos do ponto de vista de quem os produzia. Hipólito é mais do que o *Correio Braziliense*. João Bernardo é mais do que as várias fases do *Português*, ou antes, o *Correio da*

Península, ou mais, tarde a decadente *Revista de Portugal*. É certamente mais do que o inimigo do padre Agostinho de Macedo, o Cronista mor do Reino ou o deputado da Nação.

Mas, invertendo a questão, do ponto de vista dos periódicos, podemos dizer que os títulos têm a sua própria biografia, como fatias de vida que não dependem apenas dos seus redatores. Essas biografias dos títulos contam mais com as relações que se estabelecem em cada momento do que com o curso ulterior da vida de cada jornalista. Para o *Correio da Península*, por exemplo, João Bernardo é parte da história de José Agostinho de Macedo, não tendo qualquer interesse o percurso ulterior daquele que será Cronista Mor, já após a morte de Macedo. Ou seja, não interessa à história de um jornal se o seu redator (neste caso João Bernardo) mais tarde acaba por receber cargos e reconhecimentos institucionais.

Escolhe-se inicialmente um recorte e aprofunda-se o inquérito, entende-se uma peça num contexto, em seguida estende-se o inquérito a outros títulos. Entretanto, acumulou-se informação, dados sobre redes e discussões. Assim, permitiu-se, para José Alves, partir em novas direções. Por um lado, continuar um trabalho de aprofundamento das áreas iniciais, concretizando até 2009 o projeto de dar a ler de forma mais completa os escritos de João Bernardo da Rocha Loureiro, nas suas fases de intervenção que antecedem o primeiro liberalismo e se estendem até ao fim do vintismo e o novo exílio. Não se aventurará nas fases posteriores da vida deste seu protagonista maior, mas ainda fará uma incursão pelo debate antiesclavagista deste período num artigo publicado em 2019, confrontando o que escreveu João Bernardo no início do século com posições da Intendência Geral da Polícia (2019a).

Desde 2009, coincidindo com uma nova fase profissional, quando se tornou pesquisador em tempo integral no Centro de História da Cultura, José Alves decide ocupar-se de um conjunto mais vasto de problemas, abarcando outros títulos e outros protagonistas. O projeto que então apresenta parecia extremamente ambicioso: até onde poderia estender-se a sua investigação? Pretendia desenvolver as questões que o haviam orientado, em torno da relação entre comunicação, opinião pública e poder, pensando o que chama de paradigma comunicacional. Entretanto, a sua investigação até à primeira República, chegando porventura à terceira década do século XX. Na verdade, os passos que vai dar são igualmente ambiciosos, mas coerentes com o trabalho já feito. Ficarà pelo século XIX, e em particular na sua primeira metade.

Começava um caminho apontando em duas direções distintas.

Uma era a de aprofundar o conhecimento de um conjunto escolhido de jornais, todos da primeira metade do século XIX. É o que fará logo no seu livro de 2013, o já referido *Glória*,

abordando quatro títulos do primeiro liberalismo, publicados entre 1820 e 1823, com “o escrutínio dos grandes, médios e pequenos debates que animam a imprensa dessa época” (2013, p.24). A outra direção era de tratar sistematicamente a imprensa política de todo o século XIX, para um levantamento tão exaustivo e rigoroso quanto possível, identificando, descrevendo e localizando títulos e protagonistas. Uma direção não contradizia a outra, dado que o conhecimento aprofundado de uma parte necessita de uma visão mais vasta, mas sólida do conjunto - e o reverso também era verdade. Conhecer bem uma realidade focalizada criara as condições para dirigir um levantamento mais ambicioso.

A primeira direção de trabalho levou-o a produzir mais três livros e diversos artigos e capítulos num curto intervalo de tempo, como se sentisse que tinha de se apressar. Um dos livros é o aqui já referido publicado em 2017 sobre a imprensa do oriente em língua portuguesa. Ali estuda oito títulos produzidos na Índia e em Macau, na primeira metade do século XIX, para um período delimitado, entre 1835 e 1845. Este trabalho tinha por base um livro anterior a esta virada na pesquisa, que fora publicado em 2000 pela Fundação Oriente. Tratava da opinião pública em Macau, analisando o pioneiro *A Abelha da China*, que, sendo um periódico do primeiro liberalismo, estava relacionado com seus estudos do período do doutoramento.

Já no livro que lançou em 2017, voltou-se para títulos que se relacionam entre si, publicados em intervalos curtos, na Índia, sobretudo entre 1835 e 37, com uma exceção para o período de 1841-42, e para jornais publicados na China entre 1841 e 1845. São títulos que abrem uma janela para uma vasta rede de periódicos em língua portuguesa publicados no Oriente, além de proporcionarem ao autor a realização de um trabalho em que se cruzam as duas direções acima definidas.

O aprofundamento do estudo de títulos escolhidos permitiu-lhe entender que se tratava de uma vasta rede de periódicos composta por uma dezena de títulos em português publicados na Índia e outra dezena e meia publicada na China, num intervalo que vai de 1822 a 1846, com uma única exceção, a de um título dos anos sessenta. A essa rede lusófona o autor associou o estudo de diversos jornais publicados em língua inglesa. O panorama permite montar uma malha densa de relações políticas, pessoais, comerciais, de modelos de jornalismo, de antagonismos e amizades. Já mais recentemente, em 2021, uma obra coletiva sobre a história do jornalismo português no mundo, editada por Pena-Rodríguez e Hohlfeldt, incluía um capítulo de José Alves em que abordava a imprensa em língua portuguesa no Oriente a partir de uma análise do posicionamento internacional de Portugal e de como a imprensa refletia as posições geoestratégicas britânicas e norte-americanas entre 1822 e 1846.

Outro livro, lançado em 2018, *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836)*, é uma espécie de continuidade do seu *Gloria* - tinha então ficado por 1823. Agora retoma o percurso, falando de periódicos e do tempo e das circunstâncias em que circularam: entre 1824 e 1836. É um grande volume que reúne estudos e transcrição de textos, e onde, em pouco mais de dez anos de história, a realidade é multifacetada e complexa, abrangendo o regresso do Absolutismo, o início da Carta Constitucional, a Guerra Civil e os primeiros anos dos novos governos liberais, com Dona Maria II. Mais recentemente, em 2019, mas com data de 2017, publicou no número 36 da revista *Cultura* um artigo no qual apresentava o *Correio interceptado* (1825-26), periódico que Ferreira Borges escreve em Londres com outros exilados, precisamente do período a que esse livro se dedica. Nele reflete sobre a adoção da prática epistolar como forma antiga de notícia e modelo reapropriado de jornalismo, nestes anos de novo aperto político da comunicação.

Finalmente, o livro mais recente, com data de 2020, mas lançado já postumamente, é um extenso estudo sobre o jornal *O Patriota* (1842-1853). Obra monumental que abre para tempos e temas que não eram os seus inicialmente, relacionando a imprensa e os movimentos populares da época, questionando governos, sempre numa perspectiva de contrapoder. Jornais que combatiam os resquícios de Miguelismo e os Cabrais, morrendo na praia da Regeneração, período em que se inventaram novos modelos de jornalismo nos quais se associavam o burlesco e a análise e em que foram criadas novas regularidades editoriais, marcada pela introdução da publicidade de forma mais profissional.

Ainda nesta última obra, vemos a relação estreita entre a palavra escrita e a ação política, também testemunhada pela suspensão de 1846/47, quando o próprio redator Manuel de Jesus Coelho troca a pena pelo fuzil da Patuleia. Poder-se-á dizer que há uma linha de continuidade entre o interesse inicial de José Alves pelo *Portuguez* e o que demonstra pelo *Patriota*. Ambos são expressões das correntes mais avançadas do liberalismo do seu tempo. A diferença está, neste segundo caso, na sua entrada no campo já bastante povoado pelos estudos sobre o Cabralismo e da perspectiva radical associada aos movimentos populares, até então, quase invisível em sua obra pregressa.

A segunda direção de trabalho, conduzida desde 2009 enquanto investigador do Centro de História da Cultura, com apoio na Biblioteca Nacional de Portugal, voltava-se para o levantamento e identificação de toda a imprensa política oitocentista, a partir das coleções daquela biblioteca. Inserido em um projeto internacional a que o Centro de História da Cultura estava associado, a “Circulação transatlântica dos impressos – a globalização da cultura no

século XIX”, esse trabalho consumiu anos de dedicação do pesquisador que, para sua realização, estabeleceu-se em sala própria na BN, contando com o apoio de seus funcionários.

Chamava-se *Dicionário do periodismo político português do século XIX* e, infelizmente, desse trabalho só o primeiro volume veio à luz. Foi publicado em 2017, correspondente as letras A à C e conta com mais de três centenas e meia de entradas. Por aqui se pode perceber o que distinguia o projeto de José Alves e o trabalho feito para o catálogo organizado por Gina Guedes Rafael e Manuela Santos, e que a BN publicou, em dois volumes, em 1998 e 2002, com prefácio de José Tengarrinha.

O novo Dicionário apresenta, para cada título, uma descrição mais completa dos periódicos, com notas sobre as características, a orientação e os redatores, além da descrição catalográfica feita também no trabalho anterior. Como escrevia Tengarrinha, o Catálogo de 1998 era um instrumento de trabalho precioso, um “primeiro e importante passo” no sentido de identificar, reconhecer e comparar jornais, permitindo “não apenas captar as dinâmicas do movimento jornalístico e as suas relações com as dinâmicas gerais da sociedade, mas também estabelecer critérios críticos para apreciação de cada jornal aquando da sua utilização como fonte.” (Rafael e Santos, 1998, p.12). Em 2017, o dicionário dava outro passo. Acrescentava informação, completava o elenco, fornecia um instrumento mais especializado que se beneficiava do que então já eram mais de três décadas de experiência de estudos neste terreno por parte do seu autor. Lamentavelmente, o trabalho ficou incompleto. É útil, é esclarecedor, mas é injusto e pouco para o que prometia.

Avaliando-se o conjunto da obra de José Alves, obtém-se uma imagem consistente, coerente, aprofundada e crítica, que beneficia quem se ocupa da imprensa política oitocentista. São milhares de páginas, entre livros e artigos, mas resulta mais que isso. Fica uma discussão aberta sobre um conjunto de questões de grande atualidade, da qual sobressai o problema da cidadania, e da sua relação com as formas de informação e comunicação. Discutir-se esse período e esses títulos de há duzentos anos ajuda a pensar a contemporaneidade, como se formou e se transformou o fenômeno da comunicação.

Mas José Alves pronunciou-se também explicitamente sobre os nossos dias, os seus desafios e ameaças, a partir de problemas atuais da comunicação. Lembremos os textos de 2013 e 2014 sobre a peopolização, conceito tomado de Dominique Wolton, que identifica as práticas dos meios de comunicação que fortalecem a chamada sociedade do espetáculo, como os reality show, e o culto das celebridades, instantâneas e efêmeras. Lembremos a reflexão publicada em 2010, numa revista colombiana, sobre os paradigmas contemporâneos de cidadania e

comunicação, relacionando sujeito racional e pessoa relacional, considerando os seus contextos (2010a). Lembremos o que escreveu também em 2010 sobre a gênese e genealogia da exclusão vistas através da imprensa (2010b). Questionava nesses textos uma ideia ingênua de comunicação como panaceia da cidadania, reconhecendo-a como instrumento e prática nas suas complexidades históricas. Tratava-se também de desenvolver a constante preocupação teórica, no tratamento dos seus temas.

No que me diz respeito, remete-me para outras recordações. Para as reuniões gerais de estudantes na Faculdade de Letras de Lisboa, por volta de 1980, quando aquele trabalhador-estudante se vinha sentar ao pé dos dirigentes associativos, bem mais novos, enturmando e comentando. Ou quando, vinte anos depois, se oferecia para ajudar a distribuir panfletos de uma reunião de cúpula alternativa, contra as políticas neoliberais da União Europeia.

Falo de empenho político, mas falo também de uma relação pessoal de 40 anos, que nunca foi de grande proximidade, mas foi constante. A diferença de idades não se notava, estávamos a fazer tudo ao mesmo tempo, a licenciatura, o mestrado, o doutoramento. A entrada no Centro de História da Cultura e as suas sucessivas batalhas. O grupo de investigação sobre a leitura. A operação bem-sucedida e de grande cumplicidade que foi o processo de fusão no Centro de Humanidades, em 2014. A discussão (também por escrito) do que se ia escrevendo. A entrevista conjunta com Roger Chartier. O apoio quando fui para o Instituto do Livro.

O querer saber onde é que eu comprava as minhas camisas sem colarinho, truque de uma geração que não gostava de usar gravata. Mas o máximo de caminho comum cumprimo-lo no dia 28 de novembro de 1992. Fez 31 anos no dia 28 de novembro de 2023, nasciam ao mesmo tempo os nossos filhos Sofia e Duarte. Tínhamos o mesmo tempo, ainda que ele tivesse tido outra vida antes de começar esta, desde a sua Guarda natal, com tropa, trabalho, família. Em 1982 deveria fazer diferença. Nós tínhamos vinte e poucos, ele quarenta e poucos. Começou mais cedo e recomeçou conosco, companheiros que nunca tratou como miudagem.

A propósito do que escreve no seu livro sobre a Opinião Pública, onde agradece a um amigo e nosso colega deste percurso, o J.P., (assim mesmo, J.P. vem escrito na nota prévia) ocorre-me que, quando publicamos os livros que resultaram do mestrado, embora o sistema de arbitragem não fosse como hoje, já havia pareceres pedidos a especialistas e o INIC precisava desses pareceres para fazer seguir as edições. A minha introdução soou mal a quem fez o parecer sobre o livro, sobretudo a parte em que, referindo o quão gratas eram as nossas conversas no bar da Biblioteca Nacional, mencionava o Zé, o JP, o Chico, o Joaquim. O Zé? O JP? Escrito assim faltava seriedade. Para mim era sério. Mas lá acrescentei nomes e apelidos a esse grupo



do mestrado que se encontrava na BN. O JP passou a João Pedro Ferreira, o Joaquim ganhou o Caetano, o Chico tornou-se Francisco Contente e o Zé passou a ser o José Alves.

A BN continuou a ser ao longo dos anos um lugar de referência, mas ninguém se mostrou tão fiel à biblioteca como o José Alves. Este espaço acaba por ser um símbolo de um projeto de vida, da sua segunda vida, de intelectual e cidadão, de investigador e de companheiro de projetos, sempre com a palavra escrita, a opinião publicada, a imprensa política oitocentista por fio condutor.

Um trabalho a continuar.

Referências

De José Augusto dos Santos Alves.

- 1992, *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio "O Portuguez" (1814-1826)*, Lisboa, INIC. (2ª ed. 2005, Lisboa, Imprensa Nacional).
- 2000, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, Lisboa, UAL. (2ª ed. 2015, Porto, MediaXXI)
- 2001, *De Gutenberg ao Terceiro Milénio*, Lisboa, UAL.
- 2004, *Comunicação e História das Ideias: A Génese do Editorial Político*, s.l., s.n..
- 2005, *O Poder da Comunicação: A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Lisboa, Casa das letras / Editorial Notícias.
- 2009, *Nas Origens do Periodismo Moderno: Cartas a Orestes*, Coimbra, MinervaCoimbra.
- 2010a, “Da cidadania activa: o sincretismo do sujeito racional e do homem relacional”, *Signo y Pensamiento*. 24, 56, p. 194-205.
- 2010b, “Génese e genealogia da exclusão: práticas universais vistas através da imprensa”, *Trajectos. Revista de comunicação, cultura e educação*, 0, 16-Jan, p. 55-74
- 2013a, *Glória, memória e mito: o periodismo vintista (1820-1823)*, Porto, MediaXXI.
- 2013b, “Na periferia do fenómeno da peopolização: o telemóvel e a telenovela”, *Fórum sociológico*, 22, p. 107-112.
- 2014a, “O fenómeno da peopolização elevado ao último grau de iniquidade”, *Fórum sociológico*, 25, 1, p. 73-80.
- 2014b, “O periodismo brasileiro de transição na dinâmica da circulação transatlântica do impresso”, in Abreu, M. e Deaecto, M. (eds.) *A circulação transatlântica dos impressos. Conexões*, Campinas, S. Paulo, Unicamp IEL, p. 187-197.
- 2017a, *A imprensa de língua portuguesa no Oriente*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- 2017b, *Dicionário do periodismo político português do século XIX*. Vol.1 A-C, Lisboa, Imprensa Nacional de Portugal.
- 2018, *O periodismo político da pós-Vilafrancada ao Setembrismo (1824-1836): Um mundo cativante e multifacetado*, Porto, MediaXXI.



2019a, “Antiesclavagismo e mudança de paradigma político” in *Senhores e Escravos nas Sociedades Ibero-Atlânticas*. Pimentel, M. R. P. C. & Monteiro, M. D. R. (eds.). Lisboa: CHAM / Humus p. 197-208.

2019b, “O espaço da escrita epistolar com um novo significado: O *Correio interceptado* (1825-[1826]), *Cultura: . Revista de História e Teoria das Ideias*, 36, p. 229-246.

2020, *O Patriota (1842-1853). Memória do periodismo de contrapoder*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

2021, “A imprensa de língua portuguesa no Oriente (1822-1846), caixa de ressonância da geoestratégia dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha na região” in Alberto Pena-Rodríguez e António Hohlfeldt (Ed.), *Para a História do jornalismo português no mundo*, Lisboa, ICNova.

Outros autores citados.

Boisvert, Georges (ed.), 1973, João Bernardo da Rocha Loureiro, *Memoriais a D. João VI*, Paris, CCP Fundação Calouste Gulbenkian.

Boisvert, Georges, 1974, *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*, Lisboa, FLUL.

Rafael, Gina Mendes e Santos, Manuela, 1998 e 2002, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, 2 volumes, (prefácio de José Tengarrinha).